Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 94

n. 121

São Paulo

quinta-feira, 28 de junho de 1984

PODER EXECUTIVO

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR N.º 353, DE 27 DE JUNHO DE 1984

Altera as Escalas de Vencimentos aplicáveis aos funcionários, servidores e inativos do Estado e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º — Os valores das Escalas de Vencimentos a que se referem os artigos 1.º a 4.º da Lei Complementar n.º 323, de 14 de julho de 1983, como as alterações efetuadas nos termos do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 340, de 28 de dezembro de 1983, aplicáveis aos funcionários, servidores e inativos da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado, ficam reajustados em 68,4% (sessenta e oito inteiros e quatro décimos por cento), a partir de 1.º de julho de 1984.

Parágrafo único — Vetado.

Artigo 2.º — A partir de 1.º de julho de 1984, ficam reajustados em 68,4% (sessenta e oito inteiros e quatro décimos por cento) os valores:

I — das Escalas de Referências a que se referem os artigos 1.º e 2.º da Lei Complementar n.º 324 e o artigo 1.º da Lei Complementar n.º 327, ambas de 14 de julho de 1983, com as alterações efetuadas nos termos do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 340, de 28 de dezembro de 1983;

II — dos padrões de vencimentos, da escala de padrões e dos vencimentos a que se referem os artigos 1.º a 3.º da Lei Complementar n.º 344, de 21 de maio de 1984;

III — das Escalas de Vencimentos e salários a que se referem os artigos 1.º da Lei n.º 3.787 e da Lei n.º 3.788, ambas de 14 de julho de 1983, com as alterações efetuadas nos termos do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 340, de 28 de dezembro de 1983.

Artigo 3.º — Nos cálculos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos anteriores serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Artigo 4.º — Os valores do salário-família e do salário-esposa ficam fixados em Cr\$ 5.168,00 (cinco mil, cento e sessenta e oito cruzeiros).

Artigo 5.º — O vencimento mensal de Secretário de Estado fica fixado em Cr\$ 1.374.134,00 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e quatro cruzeiros).

Artigo 6.º — O disposto nesta lei complementar e em suas Disposições Transitórias aplica-se também aos funcionários e servidores, inclusive inativos, dos Quadros do Tribunal de Justiça e das Secretarias do Tribunal de Justiça, do Primeiro e Segundo Tribunal de Alçada Civil, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal de Justiça Militar, do Tribunal de Contas, bem como do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, cujos vencimentos, salários ou proventos são calculados com base nas Escalas de Vencimentos referidas no artigo 1.º.

Artigo 7.º — O Poder Executivo baixará por decreto, dentro de 15 (quinze) dias contados da data de publicação desta lei complementar, as Escalas de Vencimentos com os valores reajustados.

Artigo 8.º — As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar e de suas Disposições Transitórias e da contribuição de que trata o artigo 25 da Lei n.º 452, de 2 de outubro de 1974, serão cobertas com as dotações próprias do Orçamento, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 1.437.500.000,00 (um trilhão, quatrocentos e trinta e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) mediante utilização de recursos nos termos do § 1.º do artigo 43 da Lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 9.º — Vetado.

§ 1.º — Vetado.

§ 2.º — Vetado.

Artigo 10 — Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias entrarão em vigor em 1.º de julho de 1984.

Disposições Transitórias

Artigo 1.º — A partir de 1.º de julho de 1984, o funcionário ou servidor da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado fará jus a um abono mensal na seguinte conformidade:

I — quando, em jornada completa de trabalho, o funcionário ou servidor perceber retribuição mensal inferior a Cr\$ 194.500,00 (cento e noventa e quatro mil e quinhentos cruzeiros), o abono mensal será de valor correspondente à diferença entre esses valores;

II — quando, em jornada comum de trabalho, o funcionário ou servidor perceber retribuição mensal inferior a Cr\$ 145.875,00 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco cruzeiros), o abono mensal será de valor correspondente à diferença entre esses valores;

III — quando, em jornada inferior a 30 (trinta) horas semanais de trabalho, o funcionário ou servidor perceber retribuição mensal inferior a Cr\$ 97.250,00 (noventa e sete mil,

duzentos e cinquenta cruzeiros) o abono mensal será de valor correspondente à diferença entre esses valores.

§ 1.º — Para efeito do disposto neste artigo, serão consideradas todas as vantagens pecuniárias percebidas pelo funcionário ou servidor, exceto o salário-família, o salário-esposa, a sexta-parte dos vencimentos e as gratificações de representação.

§ 2.º — O abono de que trata este artigo será computado para cálculo de gratificação de Natal.

§ 3.º — Vetado.

§ 4.º — O disposto neste artigo, nas mesmas bases e condições, aplica-se:

1. no cálculo dos proventos do inativo;

2. no cálculo da retribuição-base para determinação do valor da pensão mensal devida pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

§ 5.º — O disposto neste artigo aplica-se, também, aos servidores em atividade, aposentados e pensionistas da Estrada de Ferro Campos do Jordão e aos integrantes dos Quadros Especiais de que trata o artigo 13 do Decreto-lei de 18 de setembro de 1969, bem como no cálculo dos proventos dos inativos e no cálculo da retribuição-base para determinação de pensão mensal devida aos beneficiários de servidor falecido, observando-se, ainda, o seguinte:

1. aplicar-se-á o disposto no inciso I, quando em jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

2. aplicar-se-á o disposto no inciso II, quando em jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

Artigo 2.º — Vetado.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de junho de 1984.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Sayad, Secretário da Fazenda

*Nelson Mancini Nicolau,
Secretário de Agricultura e Abastecimento*

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

João Yunes, Secretário da Saúde

*Michel Miguel Elias Temer Lulia,
Secretário da Segurança Pública*

*Carlos Alfredo de Souza Queiroz,
Secretário da Promoção Social*

*Caio Sérgio Pompeu de Toledo,
Secretário de Esportes e Turismo*

*Almir Pazzianotto Pinto,
Secretário de Relações do Trabalho*

Antônio Carlos Mesquita, Secretário da Administração

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Chopin Távares de Lima, Secretário do Interior

*Almino Monteiro Alvares Affonso,
Secretário dos Negócios Metropolitanos*

Jorge Cunha Lima, Secretário Extraordinário da Cultura

*Einaí Alberto Kok,
Secretário da Indústria, Comércio, Ciência
e Tecnologia*

*Franco Batuselli,
Secretário Extraordinário de Descentralização
e Participação*

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 27 de junho de 1984.

Esclarecimento ao Funcionalismo

A Comissão de Política Salarial do Governo do Estado reuniu-se em duas oportunidades com os secretários Adriano Murgel Branco, dos Transportes; João Oswaldo Leiva, de Obras e do Meio Ambiente; Nelson Mancini Nicolau, da Agricultura e Abastecimento; João Yunes, da Saúde; José Carlos Dias, da Justiça; Michel Temer, da Segurança Pública; e Paulo Renato Costa Souza, da Educação; além dos deputados estaduais Wagner Rossi, líder do Governo na Assembléia Legislativa, José Gregori, Hélio César Rosas e Antônio Rezk. Após a reunião de ontem (27), o Governo do Estado emitiu a seguinte nota:

"1. O Governo de São Paulo tem feito tudo a seu alcance para melhorar a remuneração real dos funcionários. Várias medidas foram tomadas e estão em vigor, como o reajuste semestral, o piso salarial de 2 salários mínimos, a antecipação da data-base de março para janeiro, a professores, policiais civil e militar, pesquisadores, médicos etc.

2. Essas medidas representam pesado ônus para as finanças do Estado, que tem suas disponibilidades limitadas pelo valor dos impostos arrecadados da população. Por outro lado, a grave crise econômica que vivemos agrava essa situação e reduz a possibilidade do Estado de resolver plena-

mente e a curto prazo todos os problemas e distorções herdados de administrações anteriores.

3. Dentro desse quadro, e procurando atender ao conjunto do funcionalismo, o Governo do Estado concedeu um reajuste geral de 68,4%, superior ao máximo recomendado técnica e financeiramente. Com este reajuste e os benefícios setoriais que favoreceram 75% do funcionalismo, a folha salarial do Estado cresce 220% entre julho de 1983 e julho de 1984. Além disso, com este aumento, mais de 90% da receita do ICM no 2.º semestre de 1984 são destinados ao pagamento dos funcionários. Assim, é impossível atender nas atuais circunstâncias a outras reivindicações setoriais do funcionalismo, que já somam 60 pedidos e representam um custo de aproximadamente 1 trilhão de cruzeiros.

4. Nos limites de sua competência, a Comissão de Política Salarial do Governo do Estado continuará analisando a situação global dos servidores, assim como reivindicações setoriais para, oportunamente, sugerir as medidas cabíveis, dentro das possibilidades orçamentárias do Estado.

5. É oportuno lembrar que os reajustes salariais concedidos pelo Estado neste ano são, em seu conjunto, os maiores do País."

Seção I

Esta edição de 72 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias	2	Concursos	31
Universidades	17	Assembléia Legislativa	34
Ministério Público	19	Diário dos Municípios	55
Tribunal de Contas	22	Prefeituras	67
Editais	25	Boletim Federal	70